

Modernizar Para Melhor Servir







NATIONAL INSTITUTE OF SOCIAL SECURITY Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2018 Modernizar Para Melhor Servir

I- PARECER RELATIVO À CONTA ANUAL DE GESTÃO DO INSS DE 2018 COMISSÃO DE CONTROLO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

> Conselho de Administração Do Instituto Nacional De Segurança Social

Local

Francisco Feliciano Mazoio

Presidente do Conselho de Administração

Em cumprimento do disposto no nº 3 do Artigo 13 do Decreto nº 17/88, de 27 de Dezembro, conjugado com o nº 3 do Artigo 115 do Decreto nº 51/2017, de 09 de Outubro, a Comissão de Controlo do Conselho de Administração do INSS, apresenta o seu Parecer relativo à Conta Anual de Gestão do Instituto Nacional de Segurança Social, referente ao exercício económico findo em 31 de Dezembro de 2018.

Da análise à referida conta verificaram-se melhorias nos procedimentos contabilísticos, como resultado da implementação dos módulos nucleares do SISSMO (Sistema de Informações da Segurança Social de Moçambique), no aumento substancial da receita total em 27.6%, maior controlo nos pagamentos, bem como na redução do tempo de resposta aos pedidos dos utentes do sistema de segurança social obrigatória. De notar que 2018 foi mais um ano de contenção da despesa.

A Comissão de Controlo do Conselho de Administração do INSS é de parecer favorável à aprovação da Conta Anual do INSS do exercício de 2018 com as seguintes recomendações para a Direcção Geral do INSS:

- 1. Actualizar o Plano de Contas da instituição:
- 2. Publicar a conta anual no prazo legalmente estabelecido;
- 3. Efectuar o estudo actuarial de acordo com os prazos legalmente estabelecidos;
- 4. Efectuar a avaliação anual dos edificios de rendimento da instituição, de modo a aferir o justo valor;
- 5. Finalizar os módulos auxiliares do SISSMO;
- Implementar as recomendações do Auditor Externo.

le Junho de 2019 Presidente da Comissão de Controlo

II-DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSS SOBRE A CONTA ANUAL DA SEGURANÇA SOCIAL DE 2018

Nos termos da alínea e) do artigo 8 do Decreto nº 17/88 de 27 de Dezembro, é função do Conselho de Administração, entre outras, deliberar sobre as Contas Anuais da Segurança Social relativas aos exercícios económicos.

Neste contexto, o Conselho de Administração do INSS, reunido na sua 70^a Sessão Extraordinária, realizada no dia 03 de Junho de 2019, apreciou o parecer da Comissão de Controlo e do Auditor Externo sobre a Conta Anual do Instituto Nacional de Segurança Social, relativa ao ano de 2018, e a proposta de Aplicação de Resultados do mesmo exercício económico, submetidas pela Direcção Geral.

O Conselho de Administração do INSS constatou que o relatório do Auditor Externo da Conta Anual de 2018, que constitui parte integrante da mesma, apesar de algumas limitações de ordem técnica para emissão da competente opinião, apresenta apreciação favorável às demonstrações financeiras apresentadas e desempenho financeiro do exercício findo e notou que a Comissão de Controlo, na apreciação da Conta Anual de 2018, produzin recomendações notáveis à Direcção Geral para os exercícios subsequentes, com vista ao aprimoramento da gestão.

Assim, o Conselho de Administração deliberou aprovar a Conta Anual de 2018 do Instituto Nacional de Segurança Social e orientar a sua publicação. O Conselho de Administração continuará a acompanhar a implementação das recomendações do Auditor Externo e da Comissão de Controlo e estimulará a Direcção Geral no processo da dinamização das acções em curso relativas à conclusão dos módulos auxiliares do SISSMO (Sistema de Informações da Segurança Social de Moçambique) e na actualização do Estudo Actuarial e do Plano de Contas do INSS, com vista a melhoria da sua gestão.

Francisco Feliciano Mazoio

Presidente do Conselho de Administração



III. RESPONSABILIDADE DA DIRECÇÃO GERAL PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Direcção Geral do INSS é responsável pela preparação e correcta apresentação das demonstrações financeiras, que compreendem o Balanço a 31 de Dezembro de 2018, a demonstração de resultados do ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras que incluem um sumário das práticas contabilísticas e outras notas explicativas, de acordo com os princípios e práticas adoptadas pelo Instituto.

A responsabilidade da Direcção inclui o desenho, implementação e manutenção de políticas de controlo interno relevantes, que permitam a preparação e correcta apresentação de demonstrações financeiras que não possuam erros materiais relacionados com fraude ou erro de selecção e aplicação de práticas contabilísticas apropriadas, e elaboração de estimativas contabilísticas que sejam razoáveis nas circunstâncias.

A Direcção efectuou a avaliação da capacidade do Instituto continuar a operar com a devida observância do princípio de continuidade e não tem qualquer razão para acreditar que os negócios possam ser de alguma forma interrompidos no decorrer do próximo exercício económico.

IV-RELATÓRIO TÉCNICO DA CONTA ANUAL

4.1. Introdução

Nos termos do nº 2, do artigo 115 do Decreto nº 51/2017, de 9 de Outubro, a Direcção Geral, apresenta a Conta Anual do Instituto Nacional de Segurança Social referente ao exercício de 2018, findo em 31 de Dezembro, que compreende o Balanço, a Demonstração de Resultados e respectivos Anexos.

4.2. Acções realizadas

Um dos principais objectivos do INSS é aumentar a cobertura contributiva do sistema. Para o efeito, têm sido realizadas várias actividades, das quais se destacam: (1) a divulgação do Sistema de Segurança Social Obriratório (SSSO) com vista à sensibilização e informação dos contribuintes, beneficiários e o público em geral, através de palestras, seminários, publicidade nos principais órgãos de comunicação social (Jornais, Rádio e Televisão), página web, distribuição de desdobráveis visando transmitir a importância do sistema no que respeita aos benefícios que advêm da inscrição do trabalhador; (2) o alargamento do âmbito pessoal, através da inscrição de novos trabalhadores e contribuintes no regime por conta de outrem e de conta própria e enquadramento na Manutenção Voluntária no Sistema (MVS); (3) a abertura e/ou criação de novas direcções e representações distritais como forma de alargar os serviços do INSS o mais próximo dos seus utentes; e (4) o pagamento das diferentes prestações em vigor no INSS, quando satisfeitos os principais requisitos estabelecidos na lei e a realização de prova anual de vida.

a)Palestras

No período em análise foram realizadas **10.102** palestras nos locais de trabalho com a participação de 41.916 trabalhadores, representando um grau de realização na ordem de **108,6%** em relação a meta planificada de 9.302 palestras.

O impacto positivo das palestras nos contribuintes e beneficiários se traduziu no aumento do nível da consciência dos contribuintes e beneficiários relativamente aos seus deveres e direitos no âmbito do sistema de segurança social, o que, de certa forma, estará relacionado com o aumento de contribuintes activos e com a inscrição de novos contribuintes e beneficiários.

Comparativamente ao ano anterior, em que foram realizadas 8.164 palestras com a participação de 50.395 trabalhadores, verifica-se um aumento do número de palestras e diminuição de participantes em 23,7% e 16,8%, respectivamente, conforme ilustra o gráfico abaixo.



a)Inscrição de Contribuintes e Beneficiários

B1. Regime dos Trabalhadores por Conta de Outrem (TCO)

No período em análise, foram inscritos 12.467 contribuintes e 96.832 beneficiários, o que representa um cumprimento do planificado (13.655 contribuintes e 180.877 beneficiários) na ordem de 91,3% e 63,5%, respectivamente.

O aumento do nível da consciência dos contribuintes e beneficiários através da sensibilização está relacionado, de certa forma, com os resultados positivos obtidos na inscrição de novos contribuintes e beneficiários e dos respectivos activos, por um lado, e, por outro, a intensificação da campanha de recuperação da dívida de contribuições, e da aceitação do SISSMO no seio dos contribuintes e beneficiários.

No cômputo geral, o desempenho observado foi positivo na inscrição de contribuintes, principalmente nas delegações de Maputo Cidade, Maputo Província, Inhambane, Gaza, Sofala, Zambézia e Nampula.

O incumprimento, abaixo de 50%, verificado nas delegações de Manica, Tete, Cabo delgado e Niassa é resultante de várias razões, com destaque para: a pouca afluência de investidores em pequenas, médias e grandes empresas, aliado ao facto de maior número de empreendedores serem do regime dos TCP.

Relativamente aos beneficiários, o desempenho global não atingiu 50%, quase na maioria das delegações, pese embora as delegações de Gaza, Inhambane e Niassa que aproximaram na sua execução às metas planificadas.

No que diz respeito aos beneficiários, nas delegações acima referidas, são apontadas como principais razões do incumprimento abaixo de 50%, a inscrição de micro e pequenas empresas que empregam um número reduzido de trabalhadores, a admissão por parte das empresas de trabalhadores já inscritos no sistema (tratando se deste modo de mobilidade e não novas inscrições), a desaceleração da economia a nível das Províncias e com a conclusão dos projectos de implantação das empresas mineradoras e pela situação política social que a província de Cabo Delgado, em particular, vive.

Comparativamente ao período análogo, em que tinham sido inscritos 11.040 contribuintes e 95.325 beneficiários, verifica-se um crescimento de contribuintes e beneficiários na ordem de 12,9% e 1,6%, respectivamente.

Em termos de avaliação do desempenho, tendo em conta o previsto no Plano Quinquenal do Governo (2015-2019), temos inscritos até Dezembro de 2018 43.608 e 381.702 contribuintes e beneficiários por conta de outrem, dos 57.335 e 688.166 previstos até 2019, o que significa uma realização em 76.0% e 55,3%, respectivamente.

Quanto aos acumulados, o sistema regista 104.739 contribuintes e 1.446.577 beneficiários, dos quais estão no activo 45.648 contribuintes e 486.979 beneficiários. Estes dados significam que 43,6% de contribuintes e 33,7% de beneficiários do Sistema de Segurança Social Obrigatória tiveram as suas contribuições regularizadas, de acordo com os gráficos 2 e 3 abaixo.



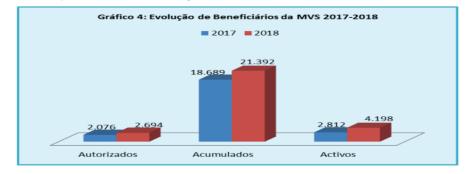


B2. Manutenção Voluntária no Sistema (MVS)

A situação de perda de emprego continua a constituir uma realidade cada vez mais manifesta na sociedade moçambicana e, por consequência, tem levado muitos beneficiários à situação de inactividade. Assim, como forma de dar seguimento ao processo iniciado aquando da sua inserção profissional como beneficiários, há um esforço de os manter na Segurança Social Obrigatório (SSO), através da MVS.

Deste modo, no período em análise, foram autorizados à MVS 2.694 beneficiários, contra os 1.887 planificados, representando uma realização na ordem de 142,8%. Em acumulado, regista-se um total de 21.392 beneficiários autorizados, dos quais estão no activo 4.198, o equivalente a 19,6% do total dos acumulados.

Relativamente ao período homólogo, em que haviam sido autorizados 2.076 beneficiários, dos quais 2.812 eram activos, verifica-se um crescimento de autorizados e dos activos em 29,8% e 49,3%, respectivamente, conforme o gráfico 4 abaixo.



B3. Regime dos Trabalhadores por Conta Própria (TCP)

O Diploma Ministerial nº 105/2015, de 27 de Novembro, alarga o âmbito de cobertura do sistema, dando oportunidade para que milhares de trabalhadores, exercendo actividades no sector não formal e no auto-emprego passem também a ter acesso à segurança social, com destaque para a protecção na velhice.

Para o efeito, durante ao período em análise, foram inscritos 11.562 trabalhadores, o que representa uma realização do planificado na ordem de 82,4%, pois estava prevista a inscrição no sistema de 14.037 novos trabalhadores por conta própria, conforme o gráfico 5 abaixo.



Em termos de inscrição dos Trabalhadores por Conta própria superamos a meta do Quinquénio em 192,87%, pois foram inscritos 35.142 dos 12.000 previstos.

Em acumulado registam-se 35.142 TCP, dos quais 11,8% (4.164 TCP) se encontram no activo. Relativamente ao ano anterior, em que foram inscritos 12.158 TCP, dos quais 2.919 no activo, verifica-se um decréscimo de inscritos e aumento de activos na ordem de 4,90% e 42,0%, respectivamente.

c) Abertura de Direcções e Representações Distritais

No período em análise verificou-se a abertura de uma Direcção (Delegação) distrital e não houve a abertura de nenhuma Representação, por conseguinte, o INSS está representado em todas capitais províncias e continua a contar com 11 Delegações Provinciais, 23 Direcções (Delegações) Distritais e 45 Representações Distritais.

d) Prova Anual de Vida

A Prova de Vida, que consiste na comprovação física da existência dos pensionistas com vista a poderem manter o direito às prestações concedidas pelo Sistema de Segurança Social, é um dever estabelecido ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 83 do Regulamento da Segurança Social Obrigatória, aprovado pelo Decreto nº 51/2017, de 9 de Outubro.

É de periodicidade anual e obrigatória, sendo um processo bastante simples e rápido em que o pensionista deverá apresentar o seu documento de identificação nos locais de atendimento disponíveis ao nível de todas as delegações provinciais e podendo ser domiciliária para os casos de pensionistas fisicamente incapacitados de se fazerem presentes aos locais de sua realização.

O Processo da realização de Prova Anual de Vida, decorreu no período de Abril a Julho que pela primeira vez foi via biométrica, com a previsão de realização de prova de vida a 75 126 pensionistas a nível nacional, dos quais 72 652 pensionistas realizaram a prova de vida estando em falta 2 474. Após esse prazo suspendeu-se o pagamento da pensão aos pensionistas que não realizaram a prova de vida.

Paralelamente, decorreram medidas adicionais tendentes a identificação e realização da prova de vida dos pensionistas que não o fizeram dentro do prazo, acção coordenada pelos sectores de Auditoria e Contencioso, Auditoria Interna e Administradores do Conselho de Administração do INISS

4.3. Acções em curso

O INSS continuou a desenvolver todo um conjunto de acções concertadas com vista a criar condições necessárias que lhe permitam obter uma opinião de auditoria não modificada sobre a sua Conta Anual. Há uma forte incidência dessas acções no processo de informatização e modernização do sistema, bem como efectuar reforma legais que permitam adequar a actividade do INSS aos padrões de qualidade mais elevados, tudo na perspectiva de melhorar os serviços prestados aos utentes salvaguardando os princípios de segurança social obrigatória

Durante o exercício de 2018 foi concluída a Implantação do projecto SISSMO -Pagamentos, responsável pela gestão do processamento e pagamento de pensões em todas as delegações provinciais e serviços centrais, através da implantação dos seguintes módulos: (Concessão de Benefícios; Migração de Pagamentos; Prova Anual de Vida; Pagamento de Prestações; Revisão de prestações; M-Contribuição e Outros pagamentos). Contudo, gostaríamos de destacar algumas acções:

- 1. Está em curso o processo de elaboração do estudo actuarial pelos técnicos internos, contando com o apoio técnico da Organização Internacional do Trabalho OIT. De referir que estes técnicos beneficiaram-se de formação sobre esta matéria pelo que a cooperação com os técnicos especializados da OIT vai permitir a consolidação dos conhecimentos obtidos durante a formação em ciências actuariais.
- 2. Está-se no processo final da criação de interface entre o sistema administrativo e financeiro e SISSMO para permitir a contabilização das transacções de contribuições e prestação do sistema de segurança social com pouca intervenção humana, o que concorre para a mitigação de erros e omissões.
- 3. Foram inauguradas três Delegações Distritais, nomeadamente de Montepuez em Cabo Delgado, de Monapo em Nampula e de KaMubukwane na cidade de Maputo.
- Rescindiu-se uma série de contratos com inquilinos que não honravam com os pagamentos e consequentemente os processos foram submetidos às instâncias de administração da Justica.



4.4. Receitas

As Receitas Correntes situaram-se em MT 14.132.709.531, tendo aumentado em 14.53% comparativamente ao ano anterior (2017: MT 12.332.010.693), sendo que o valor relativo do crescimento é a média da ponderação das variações entre as receitas, nomeadamente, de contribuições, de vendas, financeiras correntes, suplementares, acção sanitária e social e de outras receitas, na ordem de 15,64%, 120,10%, 8,62%, 0,67%, 92,94% e 23,73%, respectivamente.



De referir que as contribuições constituem a principal fonte de receita do Sistema de Segurança Social Obrigatória gerido pelo INSS.

4.5. Despesas Correntes

As Despesas Correntes do período foram de MT 6.063.105.017 (2017: MT 5.585.882.878), sendo de considerar:

a) Despesas Técnicas com Prestações

As Despesas Técnicas (pensões do regime) apresentaram uma execução de MT 4.031.018.328 tendo registado um aumento de 8.23% comparativamente ao exercício anterior (2017: MT 3.724.460.916), decorrente sobretudo da subida do número de pensionistas e do reajuste do valor das pensões.

b) Despesas Administrativas

As Despesas Administrativas e de Funcionamento apresentaram uma execução de MT 2.032.086.689, tendo-se verificado um aumento em MT 170.664.726, comparativamente ao exercício anterior (2017: MT 1.861.421.962), o que representa em termos relativos 9,17%.

Amortizações e Reintegrações do Exercício

O valor total das Amortizações e Reintegrações do Exercício foi de MT 548.754.018, o que comparativamente com o exercício anterior (2017: MT 638.082.290) representa uma diminuição de MT 89.328.272, equivalente a 14%.

d) Custos das Existências Vendidas e Consumidas

Esta rubrica apresentou um saldo nulo, como resultado de não ter havido consumo dos impressos vendáveis devido a sistematização dos processos no âmbito do projecto SISSMO.

e) Provisões

Para o presente exercício económico, o reforço das provisões situou-se nos MT 2.652.540, sendo que tais provisões foram criadas para cobertura de outros riscos.

4.6. Despesas de Capital

As despesas com investimentos registaram uma execução de MT 4.784.650.742.

Despesas de Capital Produtivo

As despesas com o capital produtivo tiveram uma execução de MT 4.559.465.798, constituídas fundamentalmente pela reabilitação do Hotel Girassol, construção do edifício OPWAY e compra de obrigações de tesouro.

Despesas de Capital de funcionamento

As Despesas de Capital de funcionamento tiveram uma execução de MT 225.184.944.

O Director da DAF

Jaime Custódio Nhavene (Técnico Superior N1)

Técnico Superior N1)

O Director Geral

V- RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

IBDO

AO INSTITUTO NACIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL MAPUTO

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do INSTITUTO NACIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL, que compreendem o balanço em 31 Dezembro 2018 (que evidencia um total activos de MZN 41 852 549 565 e um total de fundo próprio de MZN 34 021 783 916, incluindo um resultado líquido de MZN 7 830 765 649), a demonstração dos resultados, a demonstração das alterações no fundo e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas

Em nossa opinião, excepto quanto aos possíveis efeitos das matérias descritas nos parágrafos 1 e 2 na secção *Base para Opinião com Reservas*, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do INSTITUTO NACIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL em 31 de Dezembro 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites em Moçambique, tal como disposto no Plano Geral de Contabilidade Adaptado para a actividade do Instituto.

Base para a opinião com reservas

- Conforme referido na nota 7.1.h das Notas às Demonstrações Financeiras, as receitas de Contribuições são reconhecidas no momento do respectivo recebimento. Por outro lado, os procedimentos de controlo implementados pela entidade para captura, registo e controlo dos montantes em dívida por parte dos contribuintes, continuam a não ser suficientes para garantir que todos os montantes em dívida por parte dos contribuintes encontram-se adequadamente reconhecidos. Esta situação consubstancia uma limitação no âmbito do nosso
- 2 Constatamos que a entidade não efectuou a avaliação dos edifícios, adquiridos nos últimos anos (anteriores a 2018), de modo a apurar o seu justo valor. Adicionalmente, para diversas empreitadas, constatamos que foram efectuados pagamentos na quase totalidade dos valores contratados, sem que as obras estivessem concluídas. Estas situações, aliadas à instabilidade do mercado imobiliário, não nos permite assegurar se estes activos tangíveis se encontram em imparidade.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem os Contabilistas e Auditores de Moçambique (OCAM). Somos independentes da Entidade nos termos das Normas de Éticas dos Contabilistas Profissionais Código e Ética da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da OCAM.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

IBDO

INSTITUTO NACIONAL DE SEGURANCA SOCIAL

Ênfase - Estrutura conceptual de relato financeiro

Chamamos a atenção a Nota 7.1 às demonstrações financeiras que define a estrutura conceptual de relato financeiro adoptada e o Plano de contas em uso na entidade não são os mais adequados face às actividades desenvolvidas e às recentes alterações nos normativos contabilísticos nacionais e internacionais. A nossa opinião, não é modificada em respeito a

Ênfase - Equilíbrio financeiro dos sistema de segurança social

De acordo com o artigo 104 do Decreto 51/2017, devem ser efectuadas avaliações trienais (estudo actuarial) do equilíbrio financeiro do sistema de Segurança Social, tendo em vista a necessidade de ajustamento das taxas e/ou fixação de novas condições para a constituição das reservas (número 6, do artigo 112 do Decreto 51/2017). A falta do estudo actuarial actualizado, não nos permite assegurar se as reservas do sistema são suficientes para cobrir as responsabilidades futuras.

Outras matérias -Contratações pela modalidade de "Ajuste Directo"

Constatamos que foram efectuadas contratações por via da modalidade de "Ajuste Directo" sem a observância dos critérios definidos no artigo 94 do Decreto de Lei 05/2016 de 08 de

Informação distinta das demonstrações financeiras e do relatório de auditoria sobre as

A Administração é responsável pela outra informação. A outra informação compreende as informações incluídas no relatório anual, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação. No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efectuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar sobre este facto.

Responsabilidades da Administração e dos Encarregados da Governação pelas Demonstrações Financeiras.

A Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites em Moçambique, tal como disposto no Plano Geral de Contabilidade Adaptado para a actividade do Instituto, e pelo controlo interno que ela determine ser necessário para permitir a preparação de instrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, a Administração é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias

IBDO

INSTITUTO NACIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que a Administração tenha a intenção de liquidar a entidade ou cessar as operações, ou não tenha alternativa

Os encarregados da governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro da entidade.

Responsabilidades do auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são considerados materiais se, isolados ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores, tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria, e tambér

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos a prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é major do que o risco para uma distorção devido a erro dada que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno
- Obtemos uma compressão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a apropriação no uso, pela gerência, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da entidade em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso-relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório.

Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a entidade

IBDO

INSTITUTO NACIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria

BDO (MOÇAMBIQUE), LDA Sociedade de Auditores Certificados, nº 02/SAC/OCAM/2012, representada por:

MB1, SATIN HM Engagement Partner: Abdul Satar A. Hamid

Auditor Certificado: 01/CA/OCAM/2012

Maputo, 03 de Junho de 2019





Modernizar Para Melhor Servir

VI – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

VI.iii. MAPA DE FLUXOS DE CAIXA

31/12/2018

31/12/2017

Mapa de Fluxos de Caixa – Exercício de 2018

Cont.

VI.i. Balanço

Balanço em 31 de Dezembro					
		Valores em Meticais			
	Notas	31/12/2018	31/12/2017		
Activos					
Caixa	7.2	312.962	743.243		
Bancos	7.2	22.639.416.054	15.451.648.608		
Contribuições e Adicionais a depositar	7.2	0	0		
Contribuintes	7.3	3.329.753.546	1.319.955.752		
Devedores p/ Rendimentos e Amortizações	7.4	227.695.108	514.620.651		
Devedores p/ Prestações a Pagar a Beneficiários	7.5	94.986.982	94.891.527		
Devedores/ Prestações a repor ou a reembolsar	7.6	2.041	2.041		
Outros Devedores	7.7	395.873.667	395.552.485		
Existências	7.8	0	C		
Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo	7.9	8.443.580.075	8.643.144.613		
Imobilizações Financeiras	7.10	6.708.235.599	5.673.548.752		
Despesas Antecipadas	7.11	12.693.530	11.044.267		
		41.852.549.565	32.105.151.940		
Passivo					
Despesas c/ População Activa - Prestações a pagar	7.12	111.761.763	90.336.918		
Despesas com Pensões	7.13	30.718.963	23.501.870		
Despesas c/ Subsídio P/Morte - Prestações a pagar	7.14	29.267.265	11.464.913		
Despesas com Acção Sanitária e Social	7.15	2.406.785	621.862		
Prestações em Prescrição	7.16	46.496.413	49.461.737		
Sector Público Estatal	7.17	64.205.312	33.829.300		
Fornecedores	7.18	9.612.362	38.487.790		
Empréstimos Obtidos	7.19	2.152.140	2152140		
Outros Credores	7.20	42.361.629	182.291.919		
INSS - Contribuições e Adicionais	7.21	3.329.912.136	1.320.114.343		
Receitas Antecipadas	7.22	160.159	160.159		
		3.669.054.926	1.752.422.950		
Situação Líquida					
Reservas	7.24				
Reserva do Ramo de Doença		610.001.138	443.111.985		
Reserva do Ramo de Morte		1.185.555.144	1.004.379.034		
Reserva do Ramo de Pensões		8.650.862.539	7.178.126.284		
Reservas Geral do Sistema		10.438.617.827	11.190.714.300		
		20.885.036.648	19.816.331.603		
RESERVAS DE CAPITAL					
Para Edifícios e Outras Construções		43.027.629	43.027.629		
Para Equipamento Industrial		-67.676	-67.676		
Para Material de Transporte		530.923	530.923		
De Excedente de Revalorização		1.640.765.716	1.640.765.716		
		1.684.256.593	1.684.256.593		
Resultados Transitados		7.783.435.749	2.689.188.185		
		34.021.783.916	25.942.199.331		
Resultados Líquidos de Exercício		7.830.765.649	6.162.952.609		
		7.830.765.649	6.162.952.609		
Total do Passivo e da Situação Líquida		41.852.549.565	32.105.151.940		

Mapa de Fluxos de Caixa – Exercicio de 2016	31/12/2018	31/12/2017
Fluxo de caixa de actividades operacionais		
Resultado Liquido	7.830.765.649	6.162.952.609
Variação do activo		
Diminuição/aumento de contas a receber		
Contribuintes	-2.009.797.794	193.479.205
Devedores p/ Rendimentos e Amortizações	286.925.542	-361.111.042
Devedores p/ Prestações a Pagar a Beneficiários	-95.455	-628.718
Devedores/ Prestações a repor ou a reembolsar	0	-
Outros Devedores	-321.181	-156.583.860
Diminuição/aumento de existencias	0	3.589.781
Diminuição/aumento de outros activos correntes Desp.	-1.649.263	-10.235.360
Antencipadas	-1.649.263	-10.235.360
Variação do Passivo		
Aumento/diminuição de contas a pagar	21 424 945	11.042.960
Despesas c/ População Activa - Prestações a pagar	21.424.845 7.217.093	-11.043.860 9.011.679
Despesas com Pensões	17.802.353	-53.300
Despesas c/ Subsídio P/Morte - Prestações a pagar	1.784.923	-33.300 -75.058
Despesas com Acção Sanitária e Social	-2.965.324	-7.175.307
Prestações em Prescrição Sector Público Estatal	30.376.012	16.568.084
Fornecedores	-28.875.428	-33.637.631
Outros Credores	-139.930.290	147.526.430
INSS - Contribuições e Adicionais	2.009.797.794	-193.479.205
INSS - Contribuições e Adicionais	2.009.797.794	-193.479.203
Aumento/diminuição deferimentos e outro passivo corrente	0	-
Fluxo de caixa liquido das actividades operacionais	8.022.459.475	5.759.104.448
Fluxo de caixa de actividades de investimento		
Imobilizações Financeiras	-1.034.686.847	-2.047.452.596
Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo	199.564.537	-322.986.076
Fluxo de caixa liquido das actividades de investimento	-835.122.310	-2.370.438.671
Fluxo de caixa de actividades de financiamento		
Adjucatários com Cauções	0	1.630.140
Fluxo de caixa liquido das actividades de financiamento	0	1.630.140
Fluxo de caixa total das operações, investimento, e financiamento	7.187.337.165	3.390.295.916
Variação da caixa e seus equivalentes	7.187.337.165	3.390.295.916
Variação da caixa e seus equivalente no inicio do periodo	15.452.391.852	12.062.095.936
Variação da caixa e seus equivalentes no final do periodo	22.639.729.016	15.452.391.852

DESIGNAÇÃO	EXERCICIO(N)	1)	VARIAÇUES	
22010	31/12/2018	31/12/2017	PARA+	PARA-
PASSIVO GRUPO I DÉBITO A CURTO PRAZO				
Desp. C/Pop. Activa – Prest. Pagar	111.761.763	90.336.918	21.424.845	
Desp. Com Pensões	30.718.963	23.501.870	7.217.093	
Desp. C/Sub. Morte Prest. A Pagar	29.267.266	11.464.914	17.802.352	
Despesas C/Acção Sanitária Social	2.406.785	621.862	1.784.923	
Prestações Em Prescrição	46.496.413	49.461.737	-	2.965.324
Sector Público Estatal	64.205.312	33.829.300	30.376.012	
Fornecedores	9.612.362	38.487.790	-	28.875.428
Adjudicatários Com Cauções	2.152.140	2.152.140	-	
Outros Credores	42.361.629	182.291.919	-	139.930.290
Contrib. E Adicionais a Receber	3.329.912.136	1.320.114.343	2.009.797.794	
TOTAL DO GRUPO I	3.668.894.768	1.752.262.792	2.088.403.018	171.771.042
GRUPO II	21000105 11700	,		2,2,,,2,0
Amortizações Reintegrações	1.201.647.520	1.057.518.728	144.128.792	
TOTAL	1.201.647.520	1.057.518.728	144.128.792	
RECEITAS ANTECIPADAS				
Receitas Antecipadas	160.159	160.159	-	
	160.159	160.159		
SITUAÇÃO LÍQUIDA	100,125	1001107		
Provisões	3.654.745.457	3.668.717.292	-	13.971.835
Reservas do Sistema	20.885.036.648	19.816.331.603	1.068.705.045	
Reservas de Capital	1.684.256.593	1.684.256.593	-	
Resultados Transitados	7.783.435.749	2.689.188.185	5.094.247.564	
Resultados Líquidos	7.830.765.649	6.162.952.609	1.667.813.040	
TOTAL DA SIT. LÍQUIDA	41.838.240.096	3 4.021.446.282	7.830.765.649	13.971.835
TOTAL DO GRUPO II	43.040.047.774	35.079.125.169	7.974.894.441	13.971.835
TOTAL DO PASSIVO + SITUAÇÃO LÍQUIDA	46.708.942.542	36.831.387.961	10.063.297.459	185.742.87

VI.ii. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Demonstração de Resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018						
		Valores e	Valores em Meticais			
	Notas	31/12/2018	31/12/2017			
PROVEITOS						
Contribuições do regime	7.25	10.016.395.122	8.661.925.390			
Outras receitas	7.26	4.107.314.229	3.670.085.303			
		14.123.709.351	12.332.010.693			
CUSTOS						
Pensões do Regime	7.27	4.031.018.328	3.724.460.916			
Despesas Administrativas	7.28	2.032.086.689	1.861.421.962			
Amortizações e reintegrações de Exercício	7.29	548.754.018	638.082.290			
Provisões do Exercício	7.30	2.652.540	166.918.093			
		6.614.511.574	6.390.883.261			
Resultados correntes do Exercício		7.509.197.777	5.941.127.432			
Resultados Extraod. Exercício(Líquidos)	7.31	66.559.849	37.503.737			
Resultados Imputáveis a Exerc. Anter(Líquidos)	7.32	255.008.022	259.328.914			
Resultados Líquidos do Exercício	7.33	7.830.765.649	6.162.952.609			





VI. iv. MAPA DE MUTAÇÃO DE VALORES

DESIGNAÇÃO	EXERCÍCIO (N)	EXERCÍCIO (N.1)	VARIAÇÕES	
	31/12/2018	(N-1) 31/12/2017	PARA +	PARA -
ACTIVO CRUPO I				
GRUPO I DISPONIBILIDADE				
Caixa	312.962	743.243	_	430.282
Depósitoaàordem	7.478.575.943	12.146.324.582	_	4.667,748,640
Depósitos Aviso Prévio	_	_	_	_
Depósitos a Prazo	17.663.343.759	5.808.717.799	11.854.625.960	
Contribuições e Adicionais a Depositar	_	_	_	
	25.142.232.664	17.955.785.625	11.854.625.960	4.668.178.922
CRÈDITOS A CURTO PRAZO	25.142.232.004	17.955.765.025	11.054.025.900	4.008.178.922
Contribuintes	3.329.756.318	1.319.958.524	2.009.797.794	
Devedores P/Rendim. e Amort.	227.695.108	514.620.651	-	286.925.542
Deved. P/Prest. A Pagar a Beneficiários	94.986.982	94.891.527	95.455	
Deved. P/Prest. Rap. Ou a Reemb.	2.041	2.041	_	
Empréstimos Concedidos	_	_	_	
Outros Devedores	646.605.422	646.284.241	321.182	
Despesas Antecipadas	33.221.854	31.572.591	1.649.263	
	4.332.267.726	2.607.329.575	2.011.863.694	286.925.542
EXISTÊNCIAS				
Mercadorias	-	-	-	-
	-	-	-	-
TOTALDOGRUPO I	29.474.500.390	20.563.115.200	13.866.489.654	4.955.104.464
GRUPO II CRÉDITOS A MÉD. E L. PRAZOS				
Imobilizações Financeiras	7.589.214.557	6.567.609.420	1.021.605.138	_
Imobilizações Córporeas	6.063.031.602	6.098.490.618	_	35.459.015
Imobilizações Incorpóreas	167.749.582	238.846.926	_	71.097.344
Imobilizações em curso	3.407.339.259	3.348.175.693	59.163.566	_
Custos Plurienais	7.107.152	15.150.105	_	8.042.952
TOTALDOGRUPO II	17.234.442.153	16.268.272.761	1.080.768.704	114.599.312
TOTAL DO ACTIVO	46.708.942.542	36.831.387.961	14.947.258.357	5.069.703.775

VII - NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

7.1 Políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos e criterios valorimetricos definidos no Plano de Contas Específico para o Sistema de Segurança Social, aprovado por Despacho Ministerial de 30 de Outubro de 1990.

As Notas às demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base formatos geralmente adoptados em Moçambique, com as necessárias adaptações, de forma a facilitar a sua leitura e compreensão.

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos mais significativos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras foram os seguintes:

(a) Custo histórico

As contas foram preparadas em observância do princípio da convenção do custo histórico, exceptuando determinadas contas cujo método de registo vem expressamente referido..

(b) Débitos e Créditos em moeda externa

Os activos e passivos assumidos em moeda externa foram convertidos para MT à taxa de câmbio do BIM do dia em que se efectuaram as transacções. Os ganhos e perdas apurados nas datas dos pagamentos e recebimentos, bem como a actualização dos saldos em aberto no final do exercício, são reconhecidos na conta Resultados Extraordinários do Exercício.

© Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros estão registados ao custo de aquisição, líquidos de perdas por imparidade acumuladas.

(d) Activo Imobilizado Corpóreo

O Activo Imobilizado Corpóreo encontra-se registado ao custo de aquisição, acrescido das despesas adicionais de compra e instalação, com excepção dos bens transferidos do extinto Fundo de Acção Social no Trabalho (FAST), que foram registados com base em avaliações independentes, líquido das amortizações acumuladas.

(e) Activo Imobilizado Incorpóreo

O Activo Imobilizado Incorpóreo, representado por encargos plurianuais e trespasse, encontra-se registado ao custo de aquisição, líquido de amortizações acumuladas.



(f) Amortizações

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, utilizando as taxas máximas previstas na legislação fiscal em vigor, que se considera representarem de forma satisfatória a vida útil estimada dos bens.

As taxas de amortizações mais importantes são as seguintes:

Edifícios	2%
Equipamento de Transporte	20% - 25%
Outros meios imobilizados	10% - 16,7%
Equipamento informático	14,28%
Encargos plurianuais	33,3%

g) Existências

As existências estão valorizadas ao custo médio ponderado.

(h) Receitas de Contribuições

A taxa de contribuições vigente e obrigatória é de 7%, sendo 4% a cargo das entidades empregadoras e 3% suportada pelos trabalhadores.

As contribuições são reconhecidas e registadas no momento em que são recebidas.

(i) Despesas com Prestações do Regime e Acção Sanitária Social

As despesas com prestações e acção sanitária social são reconhecidas no acto de emissão das ordens de pagamento.

(j) As Receitas e Despesas diferentes das em h) e i)

As restantes receitas e despesas são reconhecidas e registadas no momento da liquidação, ou seja, formalmente documentadas, ou quando a transferência de usufruto dos correspondentes direitos e/ou obrigações já se efectivou.

7.2 DISPONIBILIDADES

Disponibilidade	Valores e	m meticais
	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	312.962	743.243
Bancos		
Depósitos a ordem	7.478.575.943	12.146.324.582
Depósitos a prazo	17.663.343.759	5.808.717.799
Total bancos Bruto	25.141.919.702	17.955.042.381
Provisões p/ outros riscos (Nota 6,23)	2.502.503.648	- 2.503.393.773
Total bancos	22.639.416.054	15.451.648.608
Contribuição e adicionais à depósitos	-	-
	22.639.729.016	15.452.391.852

7.3 CONTRIBUINTES

O saldo da rubrica de Contribuintes, no montante de MT 3.329.753.546 (2017: MT 1.319.955.752), representa o valor contabilístico em dívida dos cerca de 104.739 contribuintes inscritos no Sistema de Segurança Social, sendo que deste total apenas 45.648 são activos, o qual resulta da diferença entre as folhas de remunerações declaradas e as efectivamente pagas através das guias de depósito. Inclui ainda as multas, Juros de mora e o valor dos cheques devolvidos pelos bancos não regularizados à data do balanço.

7.4 Devedores por Rendimentos e Amortizações

O saldo da rubrica de Devedores por rendimentos e amortizações, no montante de MT 227.695.108 (2017: MT 514.620.651), compreende os créditos sobre terceiros representativos de rendimentos e amortizações a receber, sendo que, em referência a 31 de Dezembro de 2018, respeita à especialização de juros de depósitos à ordem e a prazo, juros de obrigações e bilhetes de tesouro, bem como dos dividendos relativos ao presente exercício, mas pagos no exercício seguinte.

7.5 Devedores por Prestações a Pagar a Beneficiários

O saldo desta rubrica, no montante de MT 94.986.982 (2017: MT 94.891.527), representa o valor das prestações pagas por centralizadores, cujas relações não haviam sido devolvidas ao Instituto à data do encerramento das contas. Comparativamente ao exercício anterior aumentou em 0,10%.

7.6 Devedores por Prestações a Repor ou a Reembolsar

O saldo desta rubrica, no montante de MT 2.041 (2017: MT 2.041), representa a dívida de beneficiários relativa às prestações processadas e pagas indevidamente, sendo que, parte destas ou no seu todo, deve ser reembolsada ao Instituto.

7.7 Outros Devedores

O saldo da rubrica de Outros devedores, no montante de MT 395.873.666 (2017: MT 395.552.485), diz respeito aos movimentos com terceiros não abrangidos por qualquer das contas precedentes desta classe. Relativamente ao ano anterior, representa um aumento de MT 325.181, e provisão para a cobertura dos riscos para devedores inadimplentes ascendia a MT 250.731.756. A tabela a seguir apresenta a decomposição do saldo:

Outros Devedores	Valores em Metical			
Outros Devedores	31/12/2018	31/12/2017		
Adiantamento ao Pessoal	24.845.295	22.453.732		
Saneamento	2.177.284	6.591.166		
Ministério Trabalho, Emprego Segurança Social	0	0		
Delegações	126.857.853	96.321.132		
Alienação de Viaturas	6.370.850	5.051.316		
Outros Devedores Diversos	486.354.140	515.866.894		
Total Bruto	646.605.422	646.284.241		
Provisão p/Devedores Diversos	-250.731.756	-250.731.756		
Total Líquido	395.873.666	395.552.485		

7.8 EXISTÊNCIAS

Todas as folhas de remunerações, guias de depósitos modelo "A" e brochuras de legislação sobre o Sistema foram contabilizados como perda, por terem entrado em desuso.

7.9 Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo

No presente exercício, de entre várias realizações registadas nesta rubrica, destaca-se a conclusão do edifício da Direcção Distrital de Ka Mubukuane na cidade de Maputo.

Imobilizado	Valores em Meticais				
Custos	31/12/2018	Novas Aquisições	Transferên -cias	Abates/AR directa	31/12/2017
Terrenos e recursos Naturais	195.189	0	0	0	195.189
Edifícios e outras construções	5.119.272.197	0	23.869.674	0	5.095.402.523
Material de Transporte	378.284.186	0	8.225.000	60.090.608	430.149.794
Equip. Admin. e Mob. Diverso	472.968.990	214.848.360	9.967.350	195.915.526	444.068.806
Estudos e consultorias	54.984.731	21.288.541	0	62.049.015	95.745.205
Outros Bens Imobilizados	37.326.308	4.397.208	0		32.929.100
SISSMO	167.749.582	145.825.690	0	216.923.034	238.846.926
Imobilizações em Curso	3.407.339.259	214.248.585	-42.062.024	113.022.995	3.348.175.693
Custos Plurianuais	7.107.152	18.138.336	0	26.181.289	15.150.105
Total Bruto	9.645.227.594	618.746.720	0	674.182.467	9.700.663.342

A mortizações. A cu muladas	31/12/2018	2/2018 do		31/12/2017	
		Exercício	AR.directa.		
Terrenos.e.recursos.Naturais	0	0	0	0	
Edificios.e.outras.construções	637.776.950	102.587.424	-32.573.292	567.762.818	
Material.de.Transporte.	285.837.139	89.795.083	-57.664.123	253.706.179	
EquipAdmin.e.Mobiliário.Divers o	258.241.851	57.978.082	-19.589.614	219.853.383	
Outros.Bens.Imobilizados	19.791.579	3.595.231	0	16.196.348	
Trespasse		0	0		
Amortização.directa.(403.&.405)		294.798.199	0		
Total.Amortizações	1.201.647.519	548.754.018	109.827.028	1.057.518.728	
Total.Líquido	8.443.580.076			8.643.144.613	

7.10 IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS

A conta das Imobilizações Financeiras para o presente exercicio económico foi reavaliada em função do desempenho específico das Sociedades Participadas, sendo que a posição financeira é de MT 6.708.235.599, (2017: 5.673.548.751), tendo-se registado MT 746.625.114 como perdas por impardades acumuladas e MT 250.922.430 em potenciais ganhos, a sua composição está conforme a tabela que se segue:

	Valores em Meticais				
IMOBILIZAÇÃES FINANCEIRAS	Valor Reavaliado 2018	Valor ao custo histórico 2018	Valor Reavaliado 2017	Valor ao custo histórico 2017	
BIM - Banco Internacional de Moçambique	1.661.519.723	222.780.900	1.418.738.904	222.780.900	
Obrigações e Bilhetes de Tesouro	4.111.573.238	4.111.573.238	3.342.034.560	3.342.034.560	
Ex - Nosso Banco	0	452.983.947	0	452.983.947	
MCS - Moçambique Companhia de Seguros	6.113.211	7.068.690	2.941.853	3.992.700	
CDM - Cervejas de Moçambique	175.618.800	176.482.748	162.377.800	162.198.288	
C.M.Hidrocabonetos	549.742.238	66.176.550	554.042.737	66.176.550	
Epsilon	188.743.360	182.256	200.659.283	182.256	
Banco nico	77.106.982	66.747.000	68.546.704	66.747.000	
Ceta	72.171.891	366.212.000	74.824.431	366.212.000	
Sub-Total	6.842.589.443	5.470.207.329	5.824.166.272	4.683.308.201	
Perdas por imparidade	746.625.114	0	743.443.147	0	
Total Bruto	7.589.214.557	5.470.207.329	6.567.609.419	4.683.308.201	
Provisão p/ Participações Financeiras	-880.978.958	-880.978.958	-894.060.668	-894.060.668	
Total Líquido	6.708.235.599	4.589.228.371	5.673.548.751	3.789.247.533	

7.11 DESPESAS ANTECIPADAS

O saldo de Despesas antecipadas, no montante de MT 12.693.530 (2017: 11.044.267), representa as despesas liquidadas no exercício e que dizem respeito ao ano seguinte, dentre elas e inclui o valor de impressos armazenados na sede destinados às delegações provinciais. Este montante é líquido da provisão (MT: 20.528.324) para a cobertura do risco de perda de impressos vendáveis por terem entrado em desuso, como consequência da modernização e informatização do Sistema, em curso.

7.12 Despesas com População Activa - Prestações a Pagar

O saldo desta conta, no montante de MT 111.761.763, representa os valores retidos pelos centralizadores para pagamento de prestações aos beneficiários. Comparativamente ao exercício anterior (2017: MT 90.336.918) aumentou em MT 21.424.845.

7.13 Despesas com Pensões – Prestações a Pagar

O saldo desta conta, no montante de MT 30.718.963, representa o valor das pensões processadas e não reclamadas pelos legítimos beneficiários antes da entrada em prescrição. Comparativamente ao exercício anterior (2017: MT 23.501.870) aumentou em MT 7.217.093.

7.14 Despesas com Subsídio por Morte – Prestações a Pagar

O saldo desta conta, no montante de MT 29.267.266, representa o valor dos subsídios por morte processados, que à data de encerramento do exercício findo em 31 de Dezembro, ainda não haviam sido pagos. Comparativamente ao exercício anterior (2017: MT 11.464.913), a conta aumentou em MT 17.802.353.

7.15 Despesas com Acção Sanitária e Social

O saldo desta conta, no valor de MT 2.406.785 (2017: MT 621.862), é referente às despesas processadas e ainda não pagas, destinadas a atender carências específicas das famílias e da comunidade. Em relação ao exercício anterior, aumentou em MT 1.784.923.

7.16 Prestações em Prescrição

O saldo desta conta, no montante de MT 46.496.413 (2017: MT 49.461.737), representa as prestações processadas nas contas pagadoras precedentes desta, que, no entanto, não foram ainda reclamadas, aguardando o prazo legal de prescrição (prazo de prescrição igual a três anos). Relativamente ao ano anterior, diminuiu na ordem de MT 2.965.324.

7.17 Sector Público Estatal

Esta rubrica regista as operações inerentes à liquidação de taxas, contribuições, quotizações à administração Central e Local e outros organismos afins. O seu saldo ascende a MT 64.205.312 (2017: MT 33.829.300), o que comparativamente a 2017 representa um aumento de MT 30.376.012.

7.18 Fornecedores

O saldo desta conta, no valor de MT 9.612.362 (2017: MT 38.487.790), representa os encargos assumidos e não liquidados no exercício, referentes a fornecimentos por terceiros de bens e serviços, o que comparativamente a 2018 representa uma diminuição de MT 28.875.428.



7.19 Adjucatários com Cauções

O saldo desta conta, no valor de MT 2.152.140 (2017: MT 2.152.140), representa o valor das garantias bancárias dos fornecedores e de outros devedores credores diversos.

7.20 Outros Credores

O saldo desta conta, no montante de MT 42.361.629 (2017: MT 182.291.919), representa os movimentos com terceiros não abrangidos por qualquer uma das contas precedentes desta classe

A tabela a seguir demonstra a composição do saldo:

Outros Credores	Valores en	n Metical	
Outros Credores	31/12/2018 31/12/2017		
Fundo dos Funcionários do INSS	1.646.606	1.470.094	
Contribuições a Restituir	2.120.073	3.656.779	
Credores Diversos	38.594.951	177.165.047	
Total	42.361.629	182.291.919	

7.21 INSS - Contribuições e Adicionais

O saldo desta conta, no montante de MT 3.329.912.136 (2017: MT 1.320.114.343), indica a diferença entre as contribuições efectivamente recebidas através das guias de depósito e as declaradas nas folhas de remunerações. Comparativamente ao exercício anterior aumentou em MT 2.009.797.794.

7.22 Receitas Antecipadas

As receitas antecipadas ascenderam a MT 160.159 (2017: MT 160.159) e dizem respeito às receitas recebidas no exercício, cujo proveito só será reconhecido no exercício seguinte.

7.23 Provisões

O saldo de Provisões, que à data de 31 de Dezembro de 2018 ascendia a MT 3.654.745.457, encontra-se a deduzir às rubricas de balanço pelo montante de MT 2.772 respeitante a contribuintes de cobrança duvidosa, MT 250.731.756 no que respeita a créditos de cobrança duvidosa, MT 2.502.503.648 no que respeita a depósitos à ordem, MT 20.528.324 respeitante a perdas de impressos vendáveis e MT 880.978.958 no que respeita a imobilizações financeiras. (Nota 6.2, 6.3, 6.7, 6.10 e 6.11).

7.24 Reservas

Não estando determinado por lei o aumento do valor do activo imobilizado bem como da cobertura actuarial dos regimes de prestação social não compreendidos no Sistema de Segurança Social, não foram criadas as Reservas de Reavaliação de Imobilizações e Reservas Matemáticas, respectivamente, nos termos definidos nos artigos nºs 38 e 39, do Diploma Ministerial n.º 45/90, de 9 de Maio.

A conta de reservas compreende as reservas técnicas e de capital, como ilustra o quadro abaixo:

Descrição	Valores em Meticais		
Reservas Técnicas	31/12/2018	31/12/2017	
Ramo de Doença	610.001.138	443.111.985	
Ramo de Prestações p/ Morte	1.185.555.144	1.004.379.034	
Ramo de Pensões	8.650.862.539	7.178.126.284	
Reservas Gerais de Sistema	10.438.617.827	11.190.714.300	
Total Bruto	20.885.036.648	19.816.331.603	
Reservas de Reavaliação de Imobilizado	1.684.256.593	1.684.256.593	
Edifícios e outras construções	43.027.629	43.027.629	
Equipamento Industrial	-67.676	-67.676	
Equipamento de Transporte	530.923	530.923	
Excedente de Revalorização	1.640.765.716	1.640.765.716	
Total Líquido	22.569.293.241	21.500.588.196	

De acordo com a tabela acima, o saldo das reservas observou um aumento na ordem de 4,97%, se comparado com o período anterior.

7.25 Contribuições do Regime

Regista-se nesta conta o valor das contribuições arrecadadas no exercício, provenientes do regime geral e de outros regimes abrangidos pelo sistema, o qual é distribuído pelos ramos doença, pensões, morte e administração, de acordo com as percentagens legalmente definidas. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, a receita de contribuições foi de MT 10.016.395.122 (2017: MT 8.661.925.390), representando um aumento na ordem de 15,64% em relação ao ano de 2017.

7.26 Outras Receitas

A conta de outras receitas apresenta-se como segue:

Descrição	Valores em Meticais		Variação	
Outras Receitas	31/12/2018	31/12/2017	Absoluta	0/0
Vendas	70.066	31.833	38.233	120,10%
Receitas Financeiras Correntes	3.771.520.408	3.472.299.165	299.221.243	8,62%
Receitas Suplementares	45.654.750	45.350.812	303.938	0,67%
Receitas de Acção Sanitária e Social	282.964.756	146.661.911	136.302.845	92,94%
Outras Receitas	7.104.250	5.741.582	1.362.668	23,73%
Total.Bruto	4.107.314.229	3.670.085.303	437.228.927	11,91%

<u>Vendas –</u> Regista as vendas de folhas de remunerações, guias de depósitos modelo "A" e brochuras da legislação de Segurança Social.

<u>Transferências</u> – Engloba as importâncias transferidas da Inspecção do Trabalho resultantes da aplicação do Diploma Ministerial nº 21/90, de 21 de Fevereiro.

Receitas Financeiras Correntes – Regista os juros vencidos de depósitos à ordem, depósitos a prazo, juros de obrigações de tesouro, Rendimentos de aplicações em Papeis Comerciais, diferenças de câmbio favoráveis e dividendos resultantes de participações em sociedades.

Receitas Suplementares – Regista os proveitos que resultam de arrendamento de imóveis do INSS e do património do Ex-FAST, nomeadamente edifício Sede, edifício de Chimoio, edifício de Lichinga, Pousada de Chóckwe, Fabrica de Refeições de Maputo e Centro de Repouso de Namaacha, Condomínio Mulala Residence, Centro de Conferência Regional de Gaza.

Receitas com Acção Sanitária e Social — Regista o valor das prestações prescritas (processadas e não reclamadas dentro do prazo legal de prescrição), e os proveitos resultantes da aplicação de multas e juros de mora.

<u>Outras Receitas</u> – Regista o valor da venda de cadernos de encargo e outros proveitos não cobertos pelas contas precedentes desta classe.

Complementando o atrás descrito, o quadro a seguir sintetiza a estrutura das receitas e a sua evolução, no biénio 2018/2017:

Descrição	Valores em Meticais		Variação	
Receitas Correntes	31/12/2018	31/12/2017	Absoluta	%
Contribuições	10.016.395.122	8.661.925.390	1.354.469.732	15,64%
Vendas	70.066	31.833	38.233	120,10%
Receitas Financeiras Correntes	3.771.520.408	3.472.299.165	299.221.243	8,62%
Receitas Suplementares	45.654.750	45.350.812	303.938	0,67%
Receitas de Acção Sanitária e Social	282.964.756	146.661.911	136.302.845	92,94%
Outras Receitas	7.104.250	5.741.582	1.362.668	23,73%
Total.Bruto	14.123.709.351	12.332.010.693	1.791.698.658	14,53%

7.27 Prestações do Regime

As Prestações do Regime compreendem o pagamento de despesas abrangidas pelo Sistema de Segurança Social, previstas na lei do mesmo Sistema, as quais se apresentam como segue:

Descrição	Valores em Meticais		Variação	
Prestações do Regime	31/12/2018	31/12/2017	Absoluta	%
Despesas c/População Activa (doença)	245.494.345	255.413.819	-9.919.474	-3,88%
Despesas com Pensões	3.595.389.474	3.253.551.982	341.837.492	10,51%
Despesas com Subsídio por Morte	175.770.169	201.061.145	-25.290.976	-12,58%
Despesas com Acção Sanitária e Social	14.364.341	14.433.970	-69.629	-0,48%
Total Bruto	4.031.018.328	3.724.460.916	306.557.412	8,23%

7.28 Despesas Administrativas

As Despesas Administrativas compreendem as despesas correntes de funcionamento e outras de capital, conforme a seguir se apresenta:

D	Valores em Meticais		Variação	
Despesas Administrativas	31/12/2018	31/12/2017	Absoluta	%
Fornecimentos e serviços de terceiros	371.291.398	332.729.418	38.561.980	-19,03%
Despesas com Pessoal	1.660.593.750	1.526.294.750	134.299.000	10,11%
Despesas Financeiras	136.118	450.044	-313.926	42,45%
Outras Despesas e encargos	65.423	1.947.750	-1.882.327	-80,86%
Total Bruto	2.032.086.689	1.861.421.962	170.664.726	9,17%

Complementando o atrás descrito, o quadro abaixo sintetiza a estrutura das despesas e a sua evolução no biénio 2018/2017.

Evolução das	Valores em Meticais		Variação	
Prestações de Regime e Despesas Administrativas	31/12/2018	31/12/2017	Absoluta	%
Despesas com População Activa (doença)	245.494.345	255.413.819	-9.919.474	-3,88%
Despesas com Pensões	3.595.389.474	3.253.511.982	341.877.492	10,51%
Despesas com Subsídio por Morte	175.770.169	201.061.145	-25.290.976	-12,58%
Despesas com Acção Sanit. e Social	14.364.341	14.433.970	-69.629	-0,48%
Administrativas	2.032.086.689	1.861.421.962	170.664.727	9,17%
Total.Bruto	6.063.105.017	5.585.842.878	477.262.139	8,54%

7.29 Amortizações e Reintegrações do Exercício

As Amortizações e Reintegrações do Exercício em análise ascenderam a MT 548.754.018 (2017: MT 638.082.290), sendo que a diminuição verificada resulta do facto de não ter havido um aumento considerável de novas aquisições de activos.

7.30 Provisões e Perdas por Imparidade do Exercício

O valor total das Imparidades criadas no exercício foi de MT 2.652.540, (2017: MT 166.918.093) e tiveram como finalidade a cobertura de outros riscos, decorrentes da actualização do valor contabilístico das acções da CETA.

A tabela abaixo ilustra a sua composição.

Descrição Imparidades	31/12/2018	31/12/2017	
Imobilizações Financeiras	2.652.540	-	
Outros Devedores e Credores	-	166.918.093	
Depósitos a Ordem	-	-	
Total	2.652.540	166.918.093	

7.31 Resultados Extraordinários do Exercício

O saldo desta conta é devedor, no montante de MT 66.559.849, (2017: MT 37.503.737 Credor), compreende as operações que não fazem parte da actividade normal do Instituto.

7.32 Resultados Imputáveis a Exercícios Anteriores

O saldo desta conta é Devedor no montante de MT 255.008.022 (2017: MT 259.328.914 Devedor), compreende as regularizações respeitantes a exercícios anteriores, incluindo, nomeadamente, a recuperação de processamento de custos e proveitos não reconhecidos nos exercícios a que dizem respeito.

7.33 Resultado Líquido do Exercício

O Resultado líquido do exercício corresponde ao crédito entre os custos mais perdas e proveitos acrescidos de ganhos, registados durante o exercício, totalizando MT 7.830.765.649, (2017: MT 6.162.952.609). Refira-se que o resultado apresentado corresponde a um aumento em relação ao exercício anterior na ordem de 27,06%. De referir que o este saldo inclui as valorizações do capital aplicado nas sociedades participadas, num valor total de MT 250.922.430, pelo que o mesmo não será sujeito aplicado aos resultados, tendo em conta que não constitui ainda um ganho mas sim potencial ganho.

VIII – Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos de disposto nos nºs 1 a 4 do artigo 112, do decreto nº 51/2017, de 9 de Outubro, propõe-se a seguinte aplicação dos Resultados do Exercício, conforme se ilustra no quadro abaixo:

Proposta de Aplicação de Resultados			
Descrição Valores em Meticais			
Reserva Ramo Doença	250.501.780		
Reserva Ramo Morte	194.068.807		
Reserva Ramo Pensões	1.051.171.395		
Reserva Geral do Sistema	6.084.101.237		
Resultado Líquido	7.579.843.218		

Maputo, Maio de 2019

O Director da DAF

Jaime Custódio Nhavene

(Técnico Superior N1)

